

Prioridade

para a

saúde pública

A saúde pública e a assistência social mereceram recentemente, da parte tanto do governo do Estado quanto da administração federal, um enfoque que nos autorizava a prever em ambos os setores o estudo e a aplicação de programas ambiciosos, destinados não apenas a resolver efetivamente muitos problemas das nossas populações urbanas e rurais mas também a colocar em posição mais vantajosa o partido político que representa as forças da situação, tendo em vista principalmente as eleições municipais do próximo ano. Qual não foi a surpresa de quantos aguardavam essas medidas de grande alcance social, porém, quando o próprio governo estadual sai a público para anunciar que "dificuldades na distribuição de verbas para o orçamento do próximo ano obrigaram o governador Paulo Egydio a reduzir investimentos na área social, que inclui educação, saúde e assistência social"?

As consequências dessa mudança na política do governador do Estado — que a rigor não chegou a ser uma mudança, porque as diretrizes anunciadas com muita ênfase durante sua posse nunca chegaram a ser definidas objetivamente — representam um retrocesso na disposição demonstrada por diferentes setores administrativos do País e deste Estado de fixar o homem como meta prioritária da ação governamental. De fato, pelos dados oferecidos à análise de quantos se preocupam com o problema percebe-se que a Secretaria da Saúde solicitou, no orçamento de 1976, cerca de 3 bilhões de cruzeiros, quantia equivalente à que será gasta no mesmo período em outras obras igualmente importantes, como, por exemplo, o metrô. Com esses recursos, o secretário Walter Leser pretendia dotar o Estado de uma eficiente infraestrutura médico-hospitalar voltada para a medicina preventiva, que permitiria atender às atuais necessidades da população, garantir a vacinação em massa de crianças e adultos, criar unidades de assistência em zonas carentes desse benefício, enfim, dotar a Secretaria da Saúde dos instrumentos mínimos para suprir as necessidades básicas da população do Estado de São Paulo. Com o corte de 50% dessa verba pode-se facilmente imaginar como a população será sacrificada, principalmente nas áreas mais pobres da periferia das grandes cidades, onde são dos mais elevados os índices de mortalidade infantil, de incidência de doenças contagiosas e de desnutrição, cuja análise define o nível de desenvolvimento de um país ou de um Estado. Hoje, com a aplicação de quantia equivalente à que será liberada em 1976, o atendimento da população é ainda insatisfatório: no Município de São Paulo, as unidades da Secretaria da Saúde — incluindo os serviços municipais — prestam assistência a apenas 46% da população; na zona intermediária, atende-se 55%; na zona central, onde prevalecem condições melhores de vida e se concentra a população de renda mais alta, 76% da população recebe assistência médica. E, como a mortalidade infantil é inversamente proporcional ao nível de renda e ao atendimento médico e hospitalar, verifica-se que, de cada mil crianças que nascem, 106 morrem na periferia, antes de atingir um ano de idade; na zona intermediária, esse coeficiente baixa para 82 por mil e, na área central, não ultrapassa 64 por mil. Fica assim evidente que o corte de verbas determinado pelo governador Paulo Egydio acabará por comprometer, mais uma vez, o nível de vida e a própria segurança das camadas menos favorecidas da população que, nas circunstâncias atuais, deveriam estar recebendo dos poderes públicos — conforme determinação do próprio presidente da República — uma assistência em nível cada vez mais elevado.

A tal ponto chegam os protestos diante da facilidade com que o governo do Estado corta pela metade o orçamento da Secretaria da Saúde, sob a alegação de que é preciso economizar recursos, que já se esboça uma reação nos próprios quadros administrativos desse órgão, onde se comenta que "o governo pregou uma grande pega" naqueles que acreditaram nas suas promessas e se dispuseram a executar um trabalho sério de planejamento e de aplicação de verbas. Tanto assim que se chega a prever uma crise no secretariado se o assunto não for revisto e se o governo do Estado não chegar a incluir nos seus planos de economia também as empresas públicas, que pagam elevados salários a seus diretores e continuam a executar obras que a rigor deveriam ser consideradas superfluas, face à dificuldade

de assegurar alimentação adequada e assistência médica às crianças. "Se a situação é aflitiva como dizem — comenta um técnico em saúde pública — a responsabilidade pelos cortes orçamentários deveria ser repartida equitativamente. Não é justo sacrificar somente os setores que tradicionalmente recebiam menos e que passaram a receber um pouco mais, numa tentativa de desfazer a mística de que o desenvolvimento é medido pela ampliação da infraestrutura e nunca pelo nível de vida de que desfruta a população".